

PORTARIA DE 27 DE ABRIL DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores" no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 151 - Conceder autorização para compra de armas e munições a empresa TRADICOM - EMPRESA DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA (Processo MJ nº 08455-4509/88), CGC nº 30.031.660/0001-09, especializada em prestação de serviços de vigilância, conforme Portaria MJ nº 015, de 22 de janeiro de 1988, em estabelecimento comercial no Estado do RIO DE JANEIRO. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado do RIO DE JANEIRO, devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983:

- 25 revólveres calibre 38, e
- 300 cartuchos calibre 38, de fabricação nacional.

(Nº 27.794 de 28-04-88 - CZ\$ 8.352,00) KURT PESSEK

PORTARIA DE 28 DE ABRIL DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 152 - Conceder autorização para funcionamento à empresa PROFISSIONAL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA (Proc. MJ nº 08459-22626/87), CGC nº 30.194.757/0001-24, especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades, exclusivamente, no Estado do RIO DE JANEIRO.

(Nº 27.795 de 28-04-88 - CZ\$ 5.568,00) KURT PESSEK

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 29 DE MARÇO DE 1988

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, pela unanimidade dos membros presentes a 119ª reunião ordinária, realizada em Brasília, no dia 28 de março de 1988,

RESOLVE acolher na íntegra o Parecer do Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI, relativo à remição, pelo trabalho, de parte do tempo da execução da pena privativa de liberdade, cujo teor transcreve: "I- Feito este breve relatório, permito-me, de logo, lembrar, que a remição, pelo trabalho, está regulamentada no artigo 126, e seu § 1º, da Lei de Execução Penal, assim redigidos: "O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo da execução da pena. § 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita a razão de um dia de pena por três de trabalho". A simples leitura dos respectivos textos, especialmente do último, de meridiana clareza, nenhuma dúvida poderia permanecer a respeito da contagem do tempo da remição, sempre na proporção de um dia para cada três de efetivo labor do condenado. Acontece, todavia, que, no Capítulo III ("Do trabalho"), Seção II ("Do trabalho interno"), do Título II ("Do condenado e do interno do"), o examinado Diploma legal estabelece, também, o regramento da jornada de trabalho, expressando o artigo 33, verbis: "A jornada normal de trabalho não será inferior a seis, nem superior a oito horas, com descanso nos domingos e feriados. Parágrafo único - Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal". O descanso dominical mencionado no caput encontra supedâneo nas Regras Mínimas da ONU (nº 75.2). É o alusivo a dia feriado na legislação ordinária específica nacional, a que estas, precedente e igualmente, se referem (nº 75.1). Assim sendo, em princípio recomenda-se a atividade laborativa do condenado, em jornada normal de trabalho, e com direito a descanso nos domingos e feriados (exceto, no derradeiro ponto, com relação aos "presos designados para serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal", cujo descanso poderá recair em outro dia da semana, consoante o disposto no parágrafo único do transcrito artigo 33). II- Acontece, todavia, que, a qualquer trabalhador, submetido a regime de trabalho em jornada normal, é dado trabalhar horas extraordinárias, isto é, excedentes do limite legal, incumbindo, então, ao empregador a paga de quantia correspondente à da comum, acrescida de vinte e cinco por cento (cf. artigo 61, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho). E a retribuição, feita remuneração, a jurídico rigor, sempre se faz insita a qualquer serviço ou trabalho lícito (cf., já agora, artigo 1.216 do Código Civil). Por via de consequência, uma vez exigível ou exigido o trabalho do condenado em tempo superior ao da jornada normal, impõem-se, concessa venia, a equivalente retribuição. Esta, à evidência, no caso de trabalho de condenado é também a remição de parte do tempo da execução da pena, na proporção em lei prevista e, dada a especialíssima situação por ela regida, estritamente considerada - um dia por três de labor, - sejam quais forem os dias em que este for realizado. A não ser assim, estar-se-á violando, frontalmente, direito subjetivo do condenado, que, obviamente, não pode ser postergado mediante interpretação literal de textos legais. III- Dado o exposto, a conclusão é no sentido da promoção de fls. 151, com a ressalva de que a contagem do tempo da remição não se deve fazer mês a mês, mas, sim, como estatui o analisado artigo 126 da Lei de Execução Penal, dia a dia. É o meu parecer, submetido, com o respeito de sempre, à elevada apreciação dos eminentes Senhores Conselheiros".

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 52/88)

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente-CNPCE

ATA DA 118ª REUNIÃO (28.03.88) MANHÃ

Às 10:00 do dia 28 de março de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. Conselheiros presentes: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELOAR GUAZELLI, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Ausências justificadas: Conselheiros RUY DA COSTA ANTUNES e RENÉ ARIEL DOTTI. I - Convidados presentes: Doutores ANTÔNIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA e JONATHAS SILVA, respectivamente Diretor-Geral do DEPEN/MJ e Secretário de Justiça do Estado de Goiás. II - Apreciação das Atas - 116ª e 117ª - aprovadas à unanimidade. III - Sistema Penitenciário de Goiás - pelo Presidente foi informado que a 18 de março, atendendo a convite do Secretário de Estado da Justiça, participou da inauguração de obras financiadas pelo Ministério da Justiça, compreendendo: cerâmica, padaria e muros da Penitenciária Feminina daquele Estado. IV - Informativo CNPCE: Observa das as diligências envidadas pelo Diretor-Geral do DEPEN, o Presidente sugeriu o prosseguimento da edição da Revista de Política Criminal e Execução Penal, atribuindo a cada Conselheiro a incumbência de selecionar os seus próprios trabalhos e após propor ao Conselho a sua publicação. O Ilustre Secretário de Goiás, presente à sessão, foi indagado sobre sua opinião quanto ao conteúdo útil da Revista às Secretarias. Combinadas as linhas gerais da publicação, aguarda-se a matéria solicitada para ser encaminhada à Direção Geral do DEPEN, para concretizar as providências iniciais. V - Processos e expedientes relatados: 1) Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO: a) Ofício Nº 205/88 - Assunto: Proposta de Indulto Especial do Centenário da Abolição da Escravatura oriunda do Conselho Penitenciário de Goiás. VOTO: "pelo cabimento do Indulto Especial, tendo em vista a importância da data e aceitação do anteprojeto com modificações". Decisão-CNPCE: pela concessão do Indulto Especial e aprovação do Parecer. Foi vencido o voto da Conselheira ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, que opinou desfavoravelmente quanto à oportunidade de concessão do referido indulto. - Palavra do Secretário de Justiça de Goiás - Presente à sessão o Secretário informou ao Conselho sobre as atividades que vem empreendendo na Secretaria desde a sua instalação, ressaltando a oportunidade, a absorção gradual das determinações da Lei de Execução Penal no que tange ao Sistema Penitenciário daquele Estado, estando já implementado o treinamento do pessoal penitenciário em diversas etapas, incluindo-se até, o intercâmbio com a Associação Comercial do Estado, no sentido de ministrar aulas relativas ao comércio e à Indústria. Finalizando informou que foi criado ainda a sua Assessoria para Assuntos de Direitos Humanos visando a expansão dos trabalhos daquela Secretaria no âmbito penitenciário. Agradecendo o convite, formulou cumprimentos ao Conselho e retirou-se. b) Processo-MJ-Nº 01920/87 - Assunto: sugestões para reforma do Sistema Penitenciário. VOTO: pelo arquivamento. Decisão -CNPCE: pela aprovação unânime. c) Processo-MJ-Nº 008000.019864/87 - 3 - Assunto: pedido de indulto individual formulado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República - VOTO: "pelo conhecimento do pedido, e denegação, encaminhando-se o mesmo à Presidência da República, pois que Aviso Ministerial não pode retirar do primeiro mandatário uma competência que lhe é exclusiva, por imperativo constitucional, e que deve ser exercida na sua plenitude". Decisão-CNPCE: pela aprovação unânime. d) Expediente S/Nº de 22.09.87 - do Presidente do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária do Estado de São Paulo. Assunto: oposição de indicação de Assistente Social, como voluntário, em Conselhos da Comunidade - VOTO: "Tem inteira procedência a solicitação do Presidente do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária de São Paulo. Diz a LEP, em seu art. 80 que na composição do Conselho da Comunidade deverá haver "um assistente social pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais". A Delegacia Regional de São Paulo fez expedir o fício circular de nº 015/87, posicionando-se que não devem manter profissionais de serviço social em trabalhos voluntários. Para composição do Conselho da Comunidade instituída por Lei Federal - LEP - conforme o artigo 80, haverá "um representante de associação comercial ou individual, um advogado indicado pela Seção da OAB e um assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais". Não se sabe que fundamento legal pode ser invocado para que um assistente social somente possa usar seus préstimos mediante remuneração, quando outras categorias profissionais estão colaborando e participando como membros da comunidade, no trabalho de recuperação de apenados. De toda conveniência a sugestão do Presidente do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária de São Paulo, de provocar o pronunciamento do Conselho Nacional de Assistentes Sociais, sobre a posição tomada pela Seccional de São Paulo. Que seja encaminhado ao Conselho Nacional de Assistentes Sociais cópia do presente expediente, solicitando-se a manifestação do mesmo sobre o assunto após o que deve o mesmo retornar ao relator". Decisão-CNPCE: Pela aprovação unânime; e) Expediente S/Nº, de 02.10.87 - Assunto: trabalho remunerado para os sentenciados da Colônia Penal Agrícola "Manuel Ribas" - Piraquara/PR. VOTO: "Nosso voto é no sentido de encaminhamento do apelo dos sentenciados ao Governo do Estado do Paraná, para que através da Secretaria de Justiça e dos órgãos da administração penitenciária, sejam tomadas as providências necessárias". Decisão-CNPCE: Pela aprovação unânime. 2) Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI - a) vista ao Processo-MJ-Nº 029308/83 - Assunto: reestruturação do DEPEN - VOTO: pela ratificação do parecer emitido pelo Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, no sentido do acolhimento da proposta e atualização do regimento consolidado. Decisão-CNPCE: pela aprovação com o aditivo proposto pelo Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, objetivando-se também, a atualização de custo e encaminhamento do processo ao Gabinete do Ministro. 3) Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES: a) Ofício S/Nº de 15.01.88 - Assunto: denúncia oriunda de sentenciados do Rio Grande do Norte. VOTO: pelo arquivamento. Decisão-CNPCE: pela aprovação unânime. b) Processo-MJ-Nº 00439/88 - Assunto: denúncia - Lei Nº 7.210/84 não vem sendo cumprida na Comarca de Jales/SP - VOTO: pelo encaminhamento de expediente à Procuradoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e à Comarca de Jales, solicitando informações. Decisão-CNPCE: pela aprovação do voto e conversão em diligência. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva